



Número: **0805237-92.2017.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Soledade**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**


Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SONALLY ALVES DOS SANTOS (AUTOR)		Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7227744	31/03/2017 16:25	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
7227783	31/03/2017 16:25	<a href="#">4946 Ex</a>	Memorial
7227892	31/03/2017 16:25	<a href="#">Acostados 4946-otimizado 1</a>	Documento de Comprovação
7227899	31/03/2017 16:25	<a href="#">Acostados 4946-otimizado 2</a>	Documento de Comprovação
8083742	31/05/2017 23:31	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
14209108	11/05/2018 09:16	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
14209136	11/05/2018 09:16	<a href="#">Exceção de incompetência - Soledade</a>	Outros Documentos
20825084	26/04/2019 10:42	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
20825487	26/04/2019 10:42	<a href="#">Malote I</a>	Outros Documentos
20825602	26/04/2019 10:42	<a href="#">Malote II</a>	Outros Documentos
21716977	04/06/2019 18:10	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
21864500	11/06/2019 12:37	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
23291579	07/08/2019 10:15	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
23292150	07/08/2019 10:20	<a href="#">Carta</a>	Carta
23667470	20/08/2019 13:49	<a href="#">Documento de Comprovação</a>	Documento de Comprovação
23667476	20/08/2019 13:49	<a href="#">5237-92.2017.815.0001</a>	Aviso de Recebimento
24595120	20/09/2019 08:24	<a href="#">Termo de Audiência</a>	Termo de Audiência
24595130	20/09/2019 08:24	<a href="#">5237</a>	Termo de Audiência
25145270	14/10/2019 09:41	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

25469 181	21/10/2019 12:03	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
26206 158	13/11/2019 16:42	<a href="#">Petição</a>	Petição
30762 384	18/05/2020 21:09	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

PETIÇÃO INICIAL EM ANEXO,



 <b>Nóbrega Advogados Associados</b>	<b>PB JOÃO PESSOA:</b> Av. Cap. José Pessoa, 320 – Jaguaribe – CEP 58015-170 TeleFax: (83) 3222-6610
	<b>RN PARNAMIRIM:</b> Av. Maria Lacerda Montenegro, 2.835 sl. 11 - Nova Parnamirim CEP 59152-600 - Tel.: (84) 3208-9861
	<b>PE OLINDA:</b> Av. José Carlos Lima Cavalcante, 3995 - sl. 23 – Casa Caiada CEP 53030-260 - Tel.: (81) 3431-9643
	E-mail: <a href="mailto:hallisonjc@hotmail.com">hallisonjc@hotmail.com</a>

Rosa / 4946

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da(o) \_\_\_\_\_<sup>a</sup> Vara Cível da Comarca de

**CAMPINA GRANDE PB:**  
**virtual**

#### REQUERIMENTOS PRELIMINARES:

- a) **Justiça Gratuita**, com supedâneo na Lei 1.060/50 e Súmula 29 do TJPB, por ser, a parte autora, desprovida de condições para as despesas processuais. (§ 8, “a” da presente e respectiva *inclusa Declaração de Pobreza*)
- b) **RITO ORDINÁRIO**, uma vez ser imprescindível, nesta ação, o encaminhamento da Parte Autora, ao IML para exame pericial
- c)

<b>Rte</b>	<b>SONALLY ALVES DOS SANTOS, 21 anos</b> , brasileira, solteira, estudante, End. Eletr.: hallisonjc@hotmail.com, RG 3877454, CPF 017.929.764-39, <b>Rua Severino Joaquim, sn - Centro - OLIVEDOS PB – CEP 58160-000</b>
------------	---

por seu advogado que esta subscreve, conforme instrumento procuratório incluso, podendo receber intimações e notificações na **Av. Cap. José Pessoa, 320 – Jaguaribe – JOÃO PESSOA PB – CEP 58015-170** vem, mui respeitosamente, perante V.Exa., com supedâneo na Lei 6.194/74 e demais legislações pertinentes, ajuizar a presente **Ação de**

### COBRANÇA REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS

*Ifn (DPVAT - invalidez - S / Laudo)*

em face de

<b>Rda</b>	<b>MAFPFRE SEGUROS GERAIS S/A</b> , pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 61.074.175/0001-38, End. Eletr.: “WWW.mapfre.com.br/seguro-br”, <b>Av. Pres. Getúlio Vargas, 307 - Centro - CAMPINA GRANDE PB - CEP 58400-052</b>
------------	--

expondo, e requerendo ao final, o seguinte:



## I- DO FATO

1. Na data de 06/mar/15 foi vítima de acidente de trânsito, conforme inclusos Boletim de Ocorrência Policial e/ou Declaração do SAMU e Boletim de Atendimento Médico, sofrendo seqüela de/no(a) face + TCE abdomen, conforme incluso Laudo Hospitalar.

## II- DAS PRELIMINARES

2. É praxe das Seguradoras, em Contestação, agirem preliminares sobre as quais aqui se antecipa a devida manifestação:
  - a) **Ilegitimidade passiva:** Todas as seguradoras, inclusive a Demandada, formam um consócio (**NÃO EXTINTO**), instituído pelo Art. 7º da Lei 6.194/74, ao qual se vinculam e em que se obrigam, todas, a efetuarem o pagamento do DPVAT. Tal entendimento se confirma com Decisões do TJRN nas Apelações Cíveis nº 2010.001747-7 e 2010.001758-7 que tem a Demandada como Apelada: "Inocorrência. Consócio de seguradoras. Parte legítima. Nulidade da sentença. retorno dos autos à primeira instância. Recurso conhecido e provido." e "... reformando a sentença atacada, para afastar a ilegitimidade passiva da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S.A."
  - b) **Carência de ação – Falta de interesse de agir:** A parte Autora não está obrigada a, primeiro, buscar Prévio Procedimento Administrativo uma vez que o texto constitucional em seu Art. 5º, XXXV não impõe nenhum condicionamento, muito menos esse, para que seja excluída, da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito seu. No mesmo sentido, em Ementa na Apelação 2009.006430-0 (Apelada: a mesma Demandada), assim decidiu o TJRN: "O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para recebimento da indenização securitária, não obstaculiza o ingresso em juízo...". Conquanto a presente exposição, ainda há magistrados que intimam a Parte Autora para provar **pretensão resistida**, o que, neste item, data vênica, bem esclarecido se apresenta (CF e Ementas) a desnecessidade de tal prova, vez que foi demonstrado, acima, que não é exigido a busca do prévio processo administrativo para, depois, buscar a Prestação jurisdicional do Estado.

**c) Conquanto tenha, a Parte Autora, requerido, à Demandada, a indenização devida, esta negou seu pedido, conforme inclusa documentação.**

- d) **Documentos Indispensáveis:** Toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 foi carreada com a Exordial, aos autos, com exceção do Laudo Médico, sendo que, com o deferimento do pedido na Inicial para encaminhamento à Perícia Médica, suprir-se-á tal lacuna. Em decisão do TJRN na Ap. Cível Nº 20.01611-6 assim se pronuncia: "1- A produção do laudo pericial poderá ser realizada até a fase instrutória".
- e) **Megadata:** Tal suposto documento nenhum valor jurídico tem, pois não passa de mero espelho de computador, sem prova alguma de efetivação de pagamento de DPVAT.
- f) **Prescrição:** O prazo prescricional começa sua contagem a partir do resultado positivo do Exame Pericial. Assim corrobora a Súmula 278 do STJ: "o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral".

Assim, requer que sejam, as preliminares suscitadas na Contestação, consideradas impugnadas na forma acima exposta, sem a necessidade de nova manifestação, com exceção de outras aqui não elencadas, com a rejeição de todas.

## III- DO DANO MATERIAL:

3. Determina o Código Civil nos artigos 876 e 884 do Código Civil, *ipsis litteris*:

"Art. 876. Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição".

Art. 884. "Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita à atualização dos valores monetários".

## V- DO DIREITO

4. Quanto ao Direito à percepção do seguro, a Lei n. 6.194/74, art. 5º, preceitua que:

"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado".
5. Infere-se no dispositivo legal infra-citado que a indenização será devida mediante a "SIMPLES" ocorrência do acidente e do "DANO".
6. Tem sido comum a alguns órgãos regionais do IML se negar a proceder o exigido exame médico, mesmo quando a vítima é encaminhada pelo Juiz, o que pode ser passivo de intervenção no Estado por descumprimento da Lei Federal, a de nº 11.945/2009, que, em seu Art. 31 altera o § 5º do Art. 5º da Lei 6.194/74 o qual passa a textualizar:

"§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais."



#### IV- DO FORO

7. É certo que o domicílio da Parte Autora não está em logradouro cuja competência seja dessa Comarca, entretanto, como a Parte Demandada tem Escritório nessa cidade, aquela usufrui da permissibilidade de que dispõe os Art. 75 do CC c/c Arts. 46 e 53, III, "a" do NCPC/2015.

#### V- DO PEDIDO

8. **PELO EXPOSTO**, com fundamento nos arts. 3º e 5º II da Lei 6.194/74, requer a procedência da presente demanda em todos os seus pedidos, para condenar a Demandada no pagamento do valor de até **R\$ 13.500,00**, de acordo com o resultado do Laudo a ser emitido, quantificando a porcentagem de invalidez, referente a indenização do seguro DPVAT, em face de debilidade permanente sofrida pela Parte Autora (conforme exposto no retro item "1") adquirida através de sinistro de acidente de trânsito, **requerendo**, ainda, o seguinte:

- a. **Ab initio**, deferimento da(s) **preliminar(es)** **prefacial(is)** (**1ª pág. da presente**);
- b. Citação da Promovida **através de AR (Correios - Art. 221 I do CPC)** no endereço retro declinado, para, no prazo legal determinado, sob pena de revelia e confissão, apresentar proposta de **acordo e/ou contestação**;
- c. Para cumprimento do disposto no Art. 5º - § 5º da Lei do DPVAT, com as alterações introduzidas pelo Art. 31 da Lei 11.945/09, **requer seu encaminhamento para o IML Local**, o qual tem a obrigação de, consoante o citado dispositivo legal, verificar e quantificar as lesões sofridas pela vítima (item 1 da Exordial). Para tanto, apresenta, ao final, seus quesitos, dispensando indicação de assistente técnico.

d. Contestação apresentada pela Demandada, Manifestação antecipada sobre preliminares (retro item "2") e juntado o Laudo de Exame Médico advindo do deferimento do requerido na retro alínea "c" e, ainda, considerando que toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 está sendo anexada à Exordial, o processo há de ser considerado devidamente saneado (sem nenhuma outra prova a produzir) com a prolação de **Sentença com base no Exame Pericial**, razão por que a Parte Autora, **na forma do Art. 319, VII do NCPC de 2015, opta pela não realização de audiência de conciliação ou mediação**, visando maior fluidez e celeridade aos autos, o que não produzirá prejuízo à Demandada.

- e. Com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativos à data do sinistro;
- f. Seja, a demandada, condenada no pagamento de honorários advocatícios em 20% sobre o valor sentenciado, mais custas processuais e demais emolumentos.

Dá, à presente, o valor de R\$ **13.500,00**.

Nestes Termos,  
Pede e Espera deferimento.

**CAMPINA GRANDE PB**, 28 de março de 2017.

*Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega*  
Advogado OAB/PB 16.753 – RN 972-A – PE 1563-A – BA 39042


*Mário Vicente da Silva Filho*  
Advogado OAB/PB 19.647

#### QUESITOS

Seqüela de/no(a): **face + TCE \_ abdomen**

1. Das lesões sofridas houve seqüelas permanentes? (       )
2. Qual o grau de debilidade? \_\_\_\_\_ %



 Nóbrega Advogados Associados	PB JOÃO PESSOA: Av. Cap. José Pessoa, 320 – Jaguaribe	CEP 58015-170 Tele/Fax: (83) 3222-6610
	RN PARNAMIRIM: Av. Maria Lacerda Montenegro, 2.835 sl 11 - Nova Parnamirim	CEP 59152-600 - Tel.: (84) 3208-9861
	PE OLINDA: Av. José Carlos Lima Cavalcante, 3995 - sl. 23 – Casa Caiada	CEP 53030-260 - Tel.: (81) 3431-9643
	E-mail: <a href="mailto:hallisonjc@hotmail.com">hallisonjc@hotmail.com</a>	

**Procuração** 4946

Parte Outorgante	<p><b>SONALLY ALVES DOS SANTOS</b>, 21 anos, brasileira, solteira, estudante, RG 3877454, CPF 017.929.764-39, com endereço na(o) Rua Severino Joaquim, sn - Centro - OLIVEDOS PB - CEP 58160-000</p>
------------------	--

Parte Outorgada	<p>➤ <b>HALLISON GONDIM DE OLIVEIRA NÓBREGA</b>, solteiro, inscrito na OAB/PB 16.753; RN 972-A; PE 1563-A; BA 39042;</p> <p>➤ <b>MÁRIO VICENTE DA SILVA FILHO</b>, solteiro, inscrito na – OAB/PB 19.647 e</p> <p>➤ <b>EDSON MORETE DOS SANTOS</b> – OAB/PB 12.619 e RN 701-A;</p> <p>todos brasileiros e Advogados com Escritório Principal na Cidade de JOÃO PESSOA PB, na Av. Capitão José Pessoa, 320 – Jaguaribe - CEP 58015-170.</p>
-----------------	--

Pelo presente instrumento de **PROCURAÇÃO**, a retro **Parte Outorgante** nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados (**PARTE OUTORGADA** acima), conferindo-lhes os poderes da cláusula "ad judicium et extra", em qualquer instância ou Tribunal, para, em conjunto ou separadamente, defender interesses nas ações que propuser ou contra si forem propostas ou já em andamento, além de transigir, acordar, receber e dar quitação, celebrar acordos (inclusive extras judiciais), firmar e ratificar termos e compromissos, e praticar todos os demais atos em direito permitidos, por mais especiais que sejam, até substabelecer, com ou sem reservas de poderes, no todo ou em parte, podendo, ainda, receber Alvará Judicial de Pagamentos junto a quaisquer instituições públicas e/ou privadas (inclusive Estabelecimentos Bancários e/ou Financeiros e Seguradoras), passando recibo e dando quitação.

Contrato	<p>Fica <b>CONTRATADO</b>, desde já, que os devidos honorários advocatícios serão na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor bruto a receber (no caso de indenização e outros recebimentos congêneres), os quais, quando for o caso, serão descontados em favor do constituído (art. 22 § 4º da Lei 8.906/94), com expedição do respectivo Alvará pelo juízo da ação, constando a soma dos honorários sucumbenciais e os contratuais, tudo em favor do outorgado que o requerer e conforme pacto através do presente instrumento, sendo que, quando houver prestações continuadas (benefícios mensais previdenciários, pensão alimentícia e congêneres), serão pagos, além dos honorários sobre atrasados, também sobre os valores recebidos durante os 12 (doze) meses seguintes. Nas ações que não visem qualquer recebimento em espécie, os honorários serão os constantes da tabela da OAB do Estado onde for ajuizada a Ação. Assim, fica configurado <b>CONTRATO DE ADESÃO</b>, formalizado, para qualquer eventualidade futura.</p>
----------	--

Sonally Alves dos Santos

CAMPINA GRANDE PB, 27 de março de 2017.



# D E C L A R A Ç Ã O

(não ajuizamento de ação DPVAT)

Rosa / 4946

Parte Declarante	<b>SONALLY ALVES DOS SANTOS</b> , 21 anos, brasileira, solteira, estudante, RG 3877454, CPF 017.929.764-39, com endereço na(o) Rua Severino Joaquim, sn - Centro - OLIVEDOS PB - CEP 58160-000
------------------	--

Para que surta seus jurídicos e legais efeitos, a parte acima qualificada e abaixo assinado declara, para os devidos fins de Direito que se fizerem necessários, que não recebeu verbas referentes ao Seguro DPVAT que está sendo objeto do pedido da exordial, bem como não ajuizou ação em outra comarca visando recebimento do referido seguro contra outra seguradora ou em qualquer outro Estado da Federação. Declara, ainda, estar ciente das sanções administrativas, cíveis e criminais em caso falsa declaração.

Sonally Alves dos Santos

X

CAMPINA GRANDE PB, 27 de março de 2017.

Cad. 4946





3

**Assina esta declaração para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.**

CAMPINA GRANDE PB, 27 de março de 2017.

01A) KIT 0020-Preenc. ANTIGA Preenc.

Rosa - 4946





GOVERNO DO ESTADO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA  
DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO  
R. Raimundo Nonato de Araujo, SN - Catolé - Campina Grande - 58100-000 - 83-310-9300

OCORRÊNCIA Nº 005174/15

### CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 005174/15 registrada em 13/08/2015, que passo a transcrever na íntegra: Aos treze dias do mês de agosto do ano de 2015, nesta cidade de Campina Grande, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO, quando encontrava-se presente a Bela. JOSEFA ALVES DE ASSIS, Delegada de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 10:58 horas, compareceu o Sr. SONALY ALVES DOS SANTOS, com 20 anos de idade, filho de RIVALDO SEBASTIÃO DOS SANTOS e MARIA LUCIA ALVES DOS SANTOS, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de CAMPINA GRANDE - PB, Solteira, escolaridade Medio Completo, profissão ESTUDANTE, portador da Cédula de Identidade Nº 3877454, expedido pela SSP-PB, com C.P.F. de Nº 01792976437, residindo à rua SEVERINO JOAQUIM DE OLIVEIRA, S/N, bairro CENTRO, na cidade de OLIVEDOS - PB.

#### Declarou que:

*Informa a declarante, que por volta de 17h00min do dia 06.03.2015, estava trafegando na área central de Olivedos/PB, conduzindo a motocicleta HONDA/CG 125 TITAN KS, ano/modelo 20112/2012, cor azul, chassi 9C2JC30102R209598, de placa MOF-6035/PB, licenciada em nome de Maria Lucimar Imperiano Rocha, quando perdeu o controle de direção e caiu ao solo, após passar por um quebra molas, sofrendo ferimentos graves, sendo socorrida pelo SAMU e encaminhada para o hospital Regional de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes de Campina Grande/PB, onde foi submetida a tratamentos médicos, conforme documentos apresentados nesta Delegacia. Informa ainda que os Policiais Militares do BPTTran não estiveram no local e portanto não foi confeccionado o Boletim de Acidente de Trânsito; Que, no momento do acidente o tempo encontrava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não encontrando-se a declarante sob a influência de bebida alcoólica. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou FE.*

Campina Grande, Quinta-feira, 13 de Agosto de 2015

*Sonalý Alves dos Santos*

SONALY ALVES DOS SANTOS

Declarante

*José Alberto do Nascimento*


JOSE ALBERTO DO NASCIMENTO

Escrivão



<b>GOVERNO DO PARÁ</b> <b>SECRETARIA DE SAÚDE</b> <b>HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES</b>		<b>FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL</b>		<b>UNIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO</b> Nome: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES Endereço: AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS Município: CAMPINA GRANDE Estado: PARAIBA UF: 25	
<b>PACIENTE</b> Nome: GONCALVES DOS SANTOS Sexo: FEMININIDADE Data de Nascimento: 05/08/1995 Data de Atendimento: 05/03/2015 Município: OLIVEIRAS Estado: PARAIBA CEP: 551050		<b>RACIA/COR/RAÇA</b> ( ) 1 - BRANCA ( ) 2 - PRETA ( ) 3 - PARDA ( ) 4 - AMARELA ( ) 5 - INDIGENA ( ) 99 - SEM INFORMAÇÃO		<b>ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:</b> História: Paciente com queixa de dor abdominal, febre, náusea e vômito. Exame físico: TAC 38,5°C, FC 92, PA 120/80, S.O. normal.	
<b>EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE</b> Tipo: Exame físico, exames de sangue e urina, radiografia de tórax.		<b>RESULTADOS</b> Exames realizados: TAC 38,5°C, FC 92, PA 120/80, S.O. normal.		<b>MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS</b> 1. Soro fisiológico 1000 ml 2. Difenidramina 10 mg 3. Paracetamol 500 mg 4. Clorpromazina 25 mg 5. Solução salina 0,9%	
<b>DIAGNÓSTICO / CID:</b> J42 - Bronquite crônica		<b>ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL - OU POLEGAR DIREITO</b> Ass. do paciente: [assinatura]		<b>ASS. DOS PROFISSIONAIS ASSISTENTES - CARIMBO(S)</b> [assinatura]	
<b>SERVIÇOS REALIZADOS:</b> 01 - PRESCRITA 02 - APLICADA 03 - OBSERVAÇÃO 04 - OUTROS TIPOS DE ADEQUAÇÃO 05 - OUTROS TIPOS DE LESÃO E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS E FÍSICOS		<b>ENCAMINHAMENTO</b> 01 - URGÊNCIA 02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU SERVIÇO DA EMPRESA 03 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO 04 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO 05 - OUTROS TIPOS DE LESÃO E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS E FÍSICOS		<b>TIPO DE ATENDIMENTO</b> 01 - URGÊNCIA 02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU SERVIÇO DA EMPRESA 03 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO 04 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO 05 - OUTROS TIPOS DE LESÃO E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS E FÍSICOS	
<b>PROCEDIMENTO</b> Consulta Especializada Consulta Básica (PAB)		<b>NATUREZA DA CONSULTA</b> Consulta Especializada Consulta Básica (PAB)		<b>PROCEDEMENTO</b> Consulta Especializada Consulta Básica (PAB)	



 GOVERNO DO PARÁIBA	SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CAMPINA GRANDE - PARAIBA	
	PACIENTE:	SONALLY ALVES DOS SANTOS
DATA DO EXAME:		06/03/15

ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME TOTAL - "FAST"

METODOLOGIA:

Exame realizado em modo bidimensional com equipamento dinâmico multifrequencial.

ANÁLISE:

Não identificamos sinais de líquido livre intra-abdominal, derrame pleural ou pericárdico no presente estudo.

Ausência de lesões ecográficas relacionadas ao trauma no fígado, baço, rins ou bexiga identificáveis ao método.

Dr. Phydias L F de Carvalho  
Radiologia e Diag. por Imagem  
CRM 6933



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

### Ficha de Acolhimento

Nome:	Rafaelly Alves dos Santos		
End:	R. Severino Soares de Oliveira, Bairro: Oliveira		
Data de Nascimento:	05-08-1995	Documento de Identificação:	
Queixa:	Prisão de Data do Atend.: 06-03-15 Hora: 18:55 Documento:		

### Classificação de Risco

Nível de consciência:	( ) Bom ( ) Regular ( ) Baixo	Aspecto:	( ) Calmo ( ) Fáceis de dor ( ) Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:		
Pressão arterial:	Temperatura axilar:		
Dosagem de HGT:	Mucosas: ( ) Normocorada ( ) Pálida		
Deambulação:	( ) Livre ( ) Cadeira de rodas ( ) Maca		

MOD. 110

### Estratificação

*aviso*  
( ) Vermelho - atendimento imediato  
( ) Verde - atendimento até 4 horas  
( ) Amarelo - atendimento até 1 hora  
( ) Azul - atendimento ambulatorial

Dra. Soraya Morgado de A. Nogueira  
ENFERMEIRA  
Assinatura e carimbo do profissional





#BME: 20:14 as 06/04/2015 #

Paciente relata acidente de moto  
há 7 horas, nega vômito e eliminação.  
Aguarda liberação do cinto cervical  
para proceder exame físico e diagnósti-

NCL 20L  
Paciente acordada, G15  
81 deficits  
V da a palpaço de volume  
Rx de Col Cervl = OK

Atta NCL

Tratuf 40y @ ~~05~~ ~~20~~ ~~50~~  
Alexandre Matinho  
CPF: PB 4374

BME

~~Exames~~ radiolog sem imagens su-  
gestivas de fraturas de face.

CP: 1 Orientação  
NCL BME  
Dra. Camilla Guedes  
CPF: PB 4374

BME

Paciente vítima de ac-  
cidente de moto no momento  
consciente, orientada ao eu.  
perimetros inteiros em regiões  
apricana + mentoniana +  
labial sup. Os palpacos dor-  
mentosa em regiões de mento  
+ condilios palpacos + estrutura  
cucal 11 amutação  
CP: 1 Soluções radiolog

4 de face

Dra. Camilla Guedes  
CPF: PB 4374

07.03.15  
(01:20) Cirurgia Geral

Paciente nega eliminação urinária após o acidente de  
um peso. Não há outros traços. Realizada análise de  
líquido em estudo.

Exames: sem alteração.

Ed.: Menor pontuação em exame de  
sala (normalização por C. Geral - 0,3mm).

Ogondim: normalização por BME  
Dra. Camilla Guedes  
CPF: PB 4374



GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES  
CAMPINA GRANDE - PARAIBA

PACIENTE: SONALLY ALVES DOS SANTOS  
DATA DO EXAME: 06.03.2015

**RADIOGRAFIA DE TÓRAX**

- Transparência pulmonar normal.
- Mediastino e seios costofrênicos sem alterações.
- Coração de dimensões normais.

**RADIOGRAFIA DE BACIA**

- Ossos de morfologia e textura normais.
- Partes moles sem alterações.
- Relações articulares conservadas.

**RADIOGRAFIA DE COL. CERVICAL**

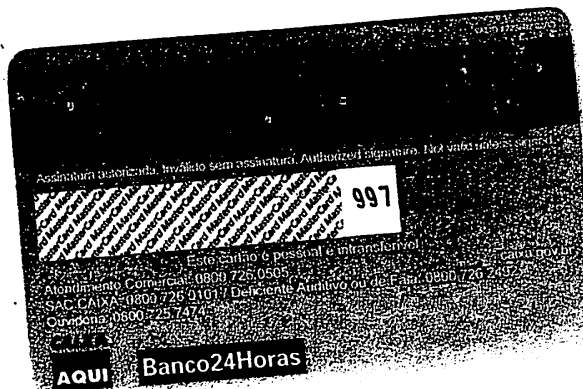
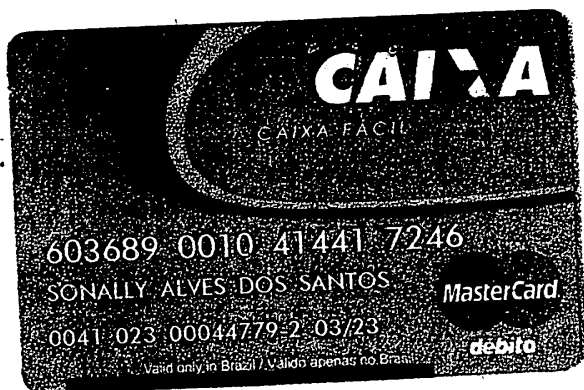
- Eixo Vertebral normal.
- Ausência de alterações morfológicas e texturais.
- Espaços intervertebrais preservados.

**RADIOGRAFIA DO OPN**

- Paredes ósseas integras.

Dr Phydias L F de Carvalho  
CRM 6933





Rua Policiano Cirne, s/n - Jaguarina João Pessoa - PB. CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA, INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

06808880-9

CLIENTE

MARIA LUCIA A SANTOS

INSCRIÇÃO

157.01.191.1341

ENDEREÇO

RUA SEVERINO J. DE OLIVEIRA, SN

BARRIO

CENTRO

OLIVEIROS

CEP

58160-000

RESPONSÁVEL

SITUAÇÃO ÁGUA

SITUAÇÃO ESGOTO

QUANTIDADE DE ECONOMIAS

RESIDENCIAL COMERCIAL INDUSTRIAL PÚBLICO

LIGADO

POTENCIAL

DADOS DO FATURAMENTO

SITUAÇÃO ATUAL

LEITURA ANTERIOR

1418

CONDIÇÃO DO MÊS (UT)

1405

DATA DA LEITURA

13

DIAS DE CONSUMO

26/01

CONDIÇÃO DA LEITURA

31

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO

EFETUADA

ANORMALIDADE DA LEITURA

REAL

ANORMALIDADE DO FATURAMENTO

DATA DA PRÓXIMA LEITURA

MÊS

VALOR - R\$

11/2014

5,41

PARÂMETRO

VALOR MÉDIO

POTÊNCIA SUGERIDA

TURBIDEZ

1,44

6,0 UT

PH

7,75

6,0 a 8,5

CO2

3

g15 UN

COLOR

0,4

Min. 0,2mg/l

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

COLORIMETRIA TOTAL

0,4

(\*)

REFERÊNCIA

FEV/2015

PARA SUA COMODIDADE, PAGUE SUA CONTA PELA INTERNET OU DÉBITO AUTOMÁTICO.

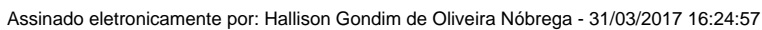
TOTAL A PAGAR:

\*\*\*\*\* 37,34

QUANTO A CORTE APOS 10 DIAS DO VENCIMENTO

28/02/2015





<b>SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES EM VIANTE RESISTE E LUTA POR SUA CARGA A PESSOAS E TRANSPORTADORA DO SEU AUTO SEGURO DPVAT</b>	
<b>PB/NP 011575839410 BILHETE DE SEGURO DPVAT</b>	
MARIA LUCIMAR IMPERIANO ROCHA	
ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMACOES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA <a href="http://www.dpvatsegurodotransito.com.br">www.dpvatsegurodotransito.com.br</a> SAC DPVAT 0800 022 1204	
<div style="float: right; text-align: center;"> <b>2014 13/06/2014</b> EXERCÍCIO DATA EMISSÃO       </div>	
VIA MARIA LUCIMAR IMPERIANO ROCHA <sup>AQA</sup>	
RENAVAM 1597420086-4	MARCA / MODELO NCC-AQ-MGF6035/PB
00783152922	HONDA/GG 125 TITAN K
PREMIO TARIFARIO QUANTO DO SEGURO (R\$)	
2002 9	90223030102R209598
CÓDIGO BILHETE (N)	TÍTULO SEQUENCIAL DO SEGURO (PB)
00000000000000000000	PAGOS
DATA DA ANULAÇÃO	DATA DE QUITAÇÃO
<b>SEGURADORA LIBER DPVAT</b> CNPJ 06.902.491/0001-42 END. AVENIDA BRASIL 100 - JARDIM SÃO JOSE - JARDIM SÃO JOSE - SÃO PAULO - SP	

PARA SUA COMODIDADE, PAGUE SUA CONTA PELA INTERNET OU DEBITO AUTOMATICO.

28/02/2015

FEV/2015

\*\*\*\*\* 37,34

TOTAL A PAGAR:

37,34

CONSUMO D'AGUA

12/2014

Dados Referentes à

31/01/2015 mês, presente em 95% das amostras examinadas

(\*) Sistema que analisa as amostras por

ignorar, se por opção

COLONIAS TOTAIS 0,4

CLORO 3

COR 7,75

PH 6,0 a 8,5

TURBIDEX 1,44

VALOR MÍNIMO DETECTADO 58160-000

PORTARIA 1104

REDETERMINAÇÃO

QUANTIDADE DE ECONOMIAS

RESENCIAL COMERCIAL INDUSTRIAL PUBLICO

CEP

58160-000

INSCRIÇÃO

157.01.191.1341

SM

06808880-9

CONTA DE CONSUMO DE

PARA CONTATO COM A GABINETE

028357

Rua Feliciano Cime, s/n - Jaqueirão João Pessoa - PB. CEP: 68.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

028357

0041-073 00044779-2 03/23

SONALY ALVES DOS SANTOS

603689-0010-41441 7246

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

CAIXA

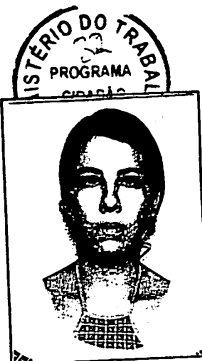
CAIXA



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número 56.262 Série CCC34-23

Somally Alves dos Santos  
ASSINATURA DO PORTADOR



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Somally Alves dos Santos

Loc. Nasc. Campina Grande Est. PB Data 02/10/93

Filiação Wivaldo Sebastião dos Santos e Maria  
Somally Alves dos Santos

Doc. Nº CE.T. 1296-15 3-23-4543-10-1-4- Cat-de  
Elvedos-23

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em ...../...../..... Doc. Ident. Nº .....

Exp. em ...../...../..... Estado .....

Obs.: .....

Data Emissão 20/07/16 SRTE Elvedos-23

Hallison Gondim de Oliveira  
Assinado eletronicamente





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Cartório do Registro Civil da Cidade de Olivedos  
Estado da Paraíba  
Comarca de Soledade  
Claudiana Costa de Albuquerque – Oficiala do Registro

**CERTIDÃO DE NASCIMENTO**

Certifico que a fls.43. do livro nº A-4. sob o Nº 3649 de Registros de Nascimento deste Cartório. foi lavrado no dia 11 de setembro de 1996. o registro de **SONALLY ALVES DOS SANTOS**.

Nascida no dia 05 de agosto de 1995. (05 08 1995). em Campina Grande-PB. do sexo feminino.

Filha de Rivaldo Sebastião dos Santos e Maria Lúcia Alves dos Santos.

Sendo avós paternos: Sebastião Manoel dos Santos e Cícera Minervina da Conceição.

E maternos: Antonio José dos Santos e Ambrosina Alves dos Santos.

Foi declarante: o genitor.

E serviram de testemunhas: as constantes no termo.

O referido é verdade. Dou fé.

Olivedos-PB, 03 de maio de 2006.

*Claudiana Costa de Albuquerque*  
Claudiana Costa de Albuquerque  
Oficiala do Registro

Oficial do Registro





## DECLARAÇÃO

Declaro para todos os fins que se fizerem necessários, que o Sr.(a) Samelly Alves dos Santos, portador do CPF: 017.929.764-39 e RG: 3.877.454; foi atendido pelo SAMU 192 de Soledade- PB no dia 06/03/15, vítima de acidente de motocicleta. A equipe plantonista que prestou atendimento: Edmar (Enfermeiro), Maria do Carmo (Téc. enfermagem) e Décio (Condutor).

  
Geórgia Karoline N. Gomes  
Coordenadora - SAMU

GEORGIA KAROLINE NEVES GOMES  
COORDENADORA  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA-SAMU  
RUA HORÁCIO DA COSTA LIMA, S/N.CENTRO.  
SOLEDADE-PB



## QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome... Somally Alves dos Santos

Loc. Nasc. Gametina grande Est. Data 23 1955  
 Filiação: Quilombo sítio das samoz e Maria  
 bucal, filhos dos samoz  
 Doc. no CEF n.º 3645 ds 43 liv 1-4 Cont. de  
 Olivedos-23.

## ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em ..... / ..... / ..... Doc. Ident. Nº .....  
Exp. em ..... / ..... / ..... Estado .....  
Obs: .....  
Data Emissão 20 / 07 / 10 SRTE 034608-25

**Associação de Pais e Professores da Escola**  
**Associação de Pais e Professores da Escola**

## ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE

(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome.....

Doc.....

Nome.....

Doc.....

Nome.....

Doc. ....

Est. Civil. ....

Doc.....

Est. Civil .....

Doc.....

Nascimento .....

Figure 1 is a line graph showing the percentage of respondents who believe that the use of force is justified in various circumstances. The x-axis represents the percentage of respondents who believe that the use of force is justified in the circumstances, ranging from 0% to 100%. The y-axis represents the percentage of respondents who believe that the use of force is justified in the circumstances, ranging from 0% to 100%. The graph shows a downward trend as the percentage of respondents who believe that the use of force is justified in the circumstances increases.

obrigado a usá-los, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

**Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.**

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

**Se você não é eletricitista, não se meta a fazer serviços de eletricidade.**

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.  
Atenda às recomendações dos membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

**Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha. Conversa e discussão no trabalho predispoem a acidentes pela desatenção.**

**Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.**

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

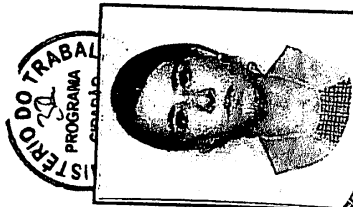
Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.  
Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use

Conheça o manuseio dos extintores e demais dispositivos de

combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
**CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**



Número 56:262 Série C0034-213

*Sernally Aisen olen Sonten...*  
ASSINATURA DO PORTADOR

1. The first part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

2. The second part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

3. The third part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

4. The fourth part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

5. The fifth part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

6. The sixth part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

7. The seventh part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

8. The eighth part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

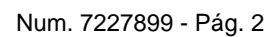
9. The ninth part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

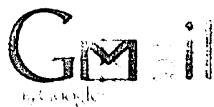
10. The tenth part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

*[Faint, mostly illegible handwritten notes covering the page]*

**TCE**

*[Handwritten notes continue below the TCE label]*





REGULA BRASIL &lt;regulabrazilcg@gmail.com&gt;

---

**BOLETO VIA E-MAIL**1 mensagem

---

**Suporte / GARANTIA SERVIÇOS** <suporte.111@gantiaservicos.com.br>25 de agosto de 2015  
14:18

Para: regulabrazilcg@gmail.com

Caro(a) cliente ERNILDO PEREIRA DA SILVA, Segue em anexo Boleto para pagamento de acordo com as condições negociadas conosco. Efetue o pagamento até a data do vencimento em quaisquer Bancos ou Agentes Bancários. Colocamo-nos à disposição para quaisquer dúvidas. Cordialmente, GARANTIA SERVICOS OBS: POR SEGURANÇA, A GARANTIA SERVICOS NÃO ATENDE A EMAILS ENCAMINHADOS COMO RESPOSTAS A ESTA MENSAGEM. PARA CONTATOS VIA E-MAIL ACESSE "CONTATO" NO SITE [www.gantiaservicos.com.br](http://www.gantiaservicos.com.br).

---

**2 anexos** **20150825140651\_CARTA\_01616644400.PDF**  
13K **20150825140651\_BOLETO\_01616644400.PDF**  
49K

26/08/2015 15:43





**SINISTRO: 3150813943**  
**VÍTIMA SONALLY ALVES DOS SANTOS**  
**COBERTURA Invalidez**  
**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO GENTE SEGURADORA S/A**  
**BENEFICIÁRIO SONALLY ALVES DOS SANTOS**  
**CPF/CNPJ: 01792976437**

**Posição em 19-10-2015 09:59:01**

Em análise. Aguarde e continue acompanhando seu processo neste site.

#### Acessibilidade



[Tradução em Libras](#)

[Leitura de Páginas](#)

[Atalhos de teclado](#)

[Acessibilidade](#)

[Como dar entrada](#)

- [Como dar entrada - Dicas importantes](#)
- [Documentos despesas médicas](#)
- [Documentos invalidez permanente](#)
- [Documentos morte](#)
- [Onde dar entrada](#)
- [Dicas indispensáveis](#)

#### Pague seguro

- [Como pagar](#)
- [Consulta a pagamentos efetuados](#)
- [Informações gerais](#)

#### Acompanhe o Processo

- [Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.](#)
- [Mapa do Site](#)
- [Dicionário do DPVAT](#)
- [Imprensa](#)
- [Outros serviços](#)
- [Blog Viver Seguro no Trânsito](#)

19/10/2015 08:55



Vistos, etc.

A Súmula 540 do STJ assenta que *"na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu"*.

Nos autos, observo que o domicílio do autor ou o local do acidente é a cidade de Olivedos, termo da Comarca de Soledade.

Restaria, então, o domicílio do autor, indicado na inicial como sendo em Campina Grande.

A parte demandada é a Mapfre. Por uma rápida consulta no google, vejo que tem matriz na cidade de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 11.71, bairro do Brooklin. (9<https://www.compareemcasa.com.br/seguro-auto/mapfre/endereco-matriz-mapfre-seguros/>).

Éa matriz que deve ser considerada domicílio do autor e não simples filial, a exemplo da existente em Campina Grande (AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - FORO DO DOMÍLIO DO RÉU - FILIAL – IMPOSSIBILIDADE - A ação de cobrança de seguro DPVAT pode ser proposta no foro de domicílio do autor ou o do local do fato, a teor do disposto no parágrafo único do artigo 100 do CPC, sendo admissível também a opção pelo foro geral - domicílio do réu -, inteligência do artigo 94 do CPC. - Não é admissível, entretanto, a propositura da ação no foro em que a empresa possui mera filial. V.V. (Des. Alvimar de Ávila AGRADO DE INSTRUMENTO CV Nº 1.0701.12.013481-5/001 - COMARCA DE UBERABA - AGRAVANTE (S): ÁQUILA GABRIELI BORGES - AGRAVADO (A)(S): MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A)) Então, o autor só poderia ter optado pelas Comarcas de Soledade ou São Paulo e nenhuma outra para ajuizar a presente demanda.

Muito embora cuide-se de competência relativa, admissível a declaração de incompetência de ofício pelo Juiz, pois é dever do Poder Judiciário agir sempre em consonância com as normas e com a finalidade a que elas se propõem.

Destarte, a propositura do feito em Comarca distinta do domicílio do autor, local do acidente, ou local onde a ré possua sede, considerando-se esta o local da matriz, sem referência alguma de justificativa que indique motivo juridicamente admissível capaz de beneficiar o autor, viola o princípio do juiz natural, até porque, não é dado às partes escolher, de forma aleatória, em qual foro terá julgamento o litígio, devendo ser atendidos os critérios definidos previamente em lei.

Diante da ausência de justificativa e dos indícios presentes nos autos, pode-se concluir que o ajuizamento da demanda em Campina Grande trata-se de mera opção por jurisdição que melhor atenda ao interesse do autor e/ou de seu patrono, o que é vedado por lei, com base no art. 5º, XXXVII e LIII, da CF/88.

Portanto, apesar do contido na Súmula 33 do STJ, no caso dos autos, a escolha do juízo deu-se de forma estranha ao ordenamento jurídico, não recaindo sobre nenhum dos foros possíveis e passíveis de escolha, restando possível ao Juiz singular o declínio de ofício da competência.

Isto posto, declino da competência e determino a remessa dos autos para a Comarca de Soledade, onde o autor possui domicílio, o que facilita, inclusive, seu comparecimento aos atos judiciais, quando necessário.

Intime-se.

Passado prazo para recurso voluntário sem que se tenha qualquer notícia de irresignação, remetam-se os autos para a Comarca de Soledade, via PJ-e, caso já funcione nesse sistema aquele Juízo. Do contrário, converta-se em físico e encaminhe-se por malote digital, dando-se baixa neste, em seguida.

Campina Grande (PB), 31 de maio de 2017.

Andréa Dantas Ximenes  
Juíza Titular





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**9ª Vara Cível de Campina Grande**

---

PROCESSO Nº 0805237-92.2017.8.15.0001  
PROCEDIMENTO COMUM (7)  
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SONALLY ALVES DOS SANTOS  
RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

9ª Vara Cível de Campina Grande-Pb, 11 de maio de 2018.

YETI JERONIMO RODRIGUES DA COSTA  
Técnica Judiciária





# Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 11/05/2018 às 09:14

## RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

**Código de rastreabilidade:** 81520182064869

**Documento:** 0805237-92.2017.8.15.0001.pdf

**Remetente:** 9ª Vara Cível de Campina Grande ( Yeti Jeronimo Rodrigues da Costa )

**Destinatário:** Vara única de Soledade ( TJPB )

**Data de Envio:** 11/05/2018 09:14:20

**Assunto:** Exceção de incompetência



Imprimir



11/05/2018 09:15



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**9ª Vara Cível de Campina Grande**

---

PROCESSO Nº 0805237-92.2017.8.15.0001  
PROCEDIMENTO COMUM (7)  
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SONALLY ALVES DOS SANTOS  
RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

9ª Vara Cível de Campina Grande-Pb, 26 de abril de 2019.

YETI JERONIMO RODRIGUES DA COSTA  
Técnico Judiciário





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520182064869

Nome original: 0805237-92.2017.8.15.0001.pdf

Data: 11/05/2018 10:29:28

Remetente:

Veronica Maria Avelino Pereira

Vara única de Soledade

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Devolução.

Assunto: Ação deverá ser distribuída pelo PJE





11/05/2018

Número: **0805237-92.2017.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **31/03/2017**

Valor da causa: **R\$ 13500.0**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
ADVOGADO	Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega
AUTOR	SONALLY ALVES DOS SANTOS
RÉU	MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
72277 44	31/03/2017 16:25	<u>Petição Inicial</u>	Petição Inicial
72277 83	31/03/2017 16:25	<u>4946 Ex</u>	Memorial
72278 92	31/03/2017 16:25	<u>Acostados 4946-otimizado 1</u>	Documento de Comprovação
72278 99	31/03/2017 16:25	<u>Acostados 4946-otimizado 2</u>	Documento de Comprovação
80837 42	31/05/2017 23:31	<u>Decisão</u>	Decisão
10913 146	20/11/2017 10:18	<u>Expediente</u>	Expediente



PETIÇÃO INICIAL EM ANEXO,

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17033116244849000000007087396>  
Número do documento: 17033116244849000000007087396


Num. 7227744 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: YETI JERONIMO RODRIGUES DA COSTA - 26/04/2019 10:42:53  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042610404865100000020256182>  
Número do documento: 19042610404865100000020256182

Num. 20825487 - Pág. 3



 <b>Nóbrega Advogados Associados</b>	<b>PB JOÃO PESSOA:</b> Av. Cap. José Pessoa, 320 - Jaguaribe - CEP 58015-170 TeleFax: (83) 3222-6610
	<b>RN PARNAMIRIM:</b> Av. Maria Lacerda Montenegro, 2.835 sl. 11 - Nova Parnamirim CEP 59152-600 - Tel.: (84) 3208-8861
	<b>PE OLINDA:</b> Av. José Carlos Lima Cavalcante, 3995 - sl. 23 - Cesta Calçada CEP 53030-260 - Tel.: (81) 3431-8643
	E-mail: <a href="mailto:hallisonjc@hotmail.com">hallisonjc@hotmail.com</a>

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da(o) \_\_\_\_\_<sup>a</sup> Vara Cível da Comarca de

Rosa / 4946

**CAMPINA GRANDE PB:**  
virtual

**REQUERIMENTOS PRELIMINARES:**

- a) **Justiça Gratuita**, com supedâneo na Lei 1.060/50 e Súmula 29 do TJPB, por ser, a parte autora, desprovida de condições para as despesas processuais. (§ 8, "a" da presente e respectiva inclusa Declaração de Pobreza)
- b) **RITO ORDINÁRIO**, uma vez ser imprescindível, nesta ação, o encaminhamento da Parte Autora, ao IML para exame pericial
- c)

Rte	<b>SONALLY ALVES DOS SANTOS, 21 anos, brasileira, solteira, estudante, End. Eletr.:</b> <a href="mailto:hallisonjc@hotmail.com">hallisonjc@hotmail.com</a> , RG 3877454, CPF 017.929.764-39, <b>Rua Severino Joaquim, sn - Centro - OLIVEDOS PB - CEP 58160-000</b>

por seu advogado que esta subscreve, conforme instrumento procuratório incluso, podendo receber intimações e notificações na Av. Cap. José Pessoa, 320 - Jaguaribe - JOÃO PESSOA PB - CEP 58015-170 vem, mui respeitosamente, perante V.Exa., com supedâneo na Lei 6.194/74 e demais legislações pertinentes, ajuizar a presente Ação de

**COBRANÇA REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS**

*lfn (DPVAT - invalidez - S / Laudo)*

em face de

Rde	<b>MAFPFRE SEGUROS GERAIS S/A, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 61.074.175/0001-38,</b> End. Eletr.: "WWW.mapfre.com.br/seguro-br", Av. Pres. Getúlio Vargas, 307 - Centro - CAMPINA GRANDE PB - CEP 58400-052

expondo, e requerendo ao final, o seguinte:

Ex. - 01fn

«Cad» («DI\_Cad») - «Cliente» - Ex

1 / 3



## I- DO FATO

1. Na data de 06/mar/15 foi vítima de acidente de trânsito, conforme inclusos Boletim de Ocorrência Policial e/ou Declaração do SAMU e Boletim de Atendimento Médico, sofrendo seqüela de/no(a) face + TCE abdome, conforme incluso Laudo Hospitalar.

## II- DAS PRELIMINARES

2. É praxe das Seguradoras, em Contestação, agirem preliminares sobre as quais aqui se antecipa a devida manifestação:
  - a) Ilegitimidade passiva: Todas as seguradoras, inclusive a Demandada, formam um consócio (NÃO EXTINTO), instituído pelo Art. 7º da Lei 6.194/74, ao qual se vinculam e em que se obrigam, todas, a efetuarem o pagamento do DPVAT. Tal entendimento se confirma com Decisões do TJRN nas Apelações Cíveis nº 2010.001747-7 e 2010.001758-7 que tem a Demandada como Apelada: "Inocorrência. Consórcio de seguradoras. Parte legítima. Nulidade da sentença, retorno dos autos à primeira instância. Recurso conhecido e provido." e "... reformando a sentença atacada, para afastar a ilegitimidade passiva da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S.A."
  - b) Carência de ação - Falta de interesse de agir: A parte Autora não está obrigada a, primeiro, buscar Prévio Procedimento Administrativo uma vez que o texto constitucional em seu Art. 5º, XXXV não impõe nenhum condicionamento, muito menos esse, para que seja excluída, da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito seu. No mesmo sentido, em Ementa na Apelação 2009.006430-0 (Apelada: a mesma Demandada), assim decidiu o TJRN: "O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para recebimento da indenização securitária, não obstaculiza o ingresso em juízo...". Conquanto a presente exposição, ainda há magistrados que intimam a Parte Autora para provar pretensão resistida, o que, neste item, data vênua, bem esclarecido se apresenta (CF e Ementas) a desnecessidade de tal prova, vez que foi demonstrado, acima, que não é exigido a busca do prévio processo administrativo para, depois, buscar a Prestação Jurisdicional do Estado.
  - c) **Conquanto tenha, a Parte Autora, requerido, à Demandada, a indenização devida, esta negou seu pedido, conforme inclusa documentação.**
  - d) Documentos Indispensáveis: Toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 foi carreada com a Exordial, aos autos, com exceção do Laudo Médico, sendo que, com o deferimento do pedido na Inicial para encaminhamento à Perícia Médica, suprir-se-á tal lacuna. Em decisão do TJRN na Ap. Cível Nº 20.01611-6 assim se pronuncia: "1- A produção do laudo pericial poderá ser realizada até a fase instrutória".
  - e) Megadata: Tal suposto documento nenhum valor jurídico tem, pois não passa de mero espelho de computador, sem prova alguma de efetivação de pagamento de DPVAT.
  - f) Prescrição: O prazo prescricional começa sua contagem a partir do resultado positivo do Exame Pericial. Assim corrobora a Súmula 278 do STJ: "o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral".

Assim, requer que sejam, as preliminares suscitadas na Contestação, consideradas impugnadas na forma acima exposta, sem a necessidade de nova manifestação, com exceção de outras aqui não elencadas, com a rejeição de todas.

## III- DO DANO MATERIAL:

3. Determina o Código Civil nos artigos 876 e 884 do Código Civil, *ipsis litteris*:

"Art. 876. Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição".

Art. 884. "Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários".

## V- DO DIREITO

4. Quanto ao Direito à percepção do seguro, a Lei n. 6.194/74, art. 5º, preceitua que:

"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado".
5. Infere-se no dispositivo legal infra-citado que a indenização será devida mediante a "SIMPLES" ocorrência do acidente e do "DANO".
6. Tem sido comum a alguns órgãos regionais do IML se negar a proceder o exigido exame médico, mesmo quando a vítima é encaminhada pelo Juiz, o que pode ser passivo de intervenção no Estado por descumprimento da Lei Federal, a de nº 11.945/2009, que, em seu Art. 31 altera o § 5º do Art. 5º da Lei 6.194/74 o qual passa a textualizar:

"§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais."



#### IV- DO FORO

7. É certo que o domicílio da Parte Autora não está em logradouro cuja competência seja dessa Comarca, entretanto, como a Parte Demandada tem Escritório nessa cidade, aquela usufrui da permissibilidade de que dispõe os Art. 75 do CC c/c Arts. 46 e 53, III, "a" do NCPC/2015.

#### V- DO PEDIDO

8. **PELO EXPOSTO**, com fundamento nos arts. 3º e 5º II da Lei 6.194/74, requer a procedência da presente demanda em todos os seus pedidos, para condenar a Demandada no pagamento do valor de até **R\$13.500,00**, de acordo com o resultado do Laudo a ser emitido, quantificando a porcentagem de invalidez, referente a indenização do seguro DPVAT, em face de debilidade permanente sofrida pela Parte Autora (conforme exposto no retro item "1") adquirida através de sinistro de acidente de trânsito, **requerendo**, ainda, o seguinte:

- a. *Ab initio*, deferimento da(s) preliminar(es) prefacial(is) (1ª pág. da presente);
- b. Citação da Promovida **através de AR (Correios - Art. 221II do CPC)** no endereço retro declinado, para, no prazo legal determinado, sob pena de revelia e confissão, apresentar proposta de **acordo e/ou contestação**;
- c. Para cumprimento do disposto no Art. 5º - § 5º da Lei do DPVAT, com as alterações introduzidas pelo Art. 31 da Lei 11.945/09, **requer seu encaminhamento para o IML Local**, o qual tem a obrigação de, consoante o citado dispositivo legal, verificar e quantificar as lesões sofridas pela vítima (item 1 da Exordial). Para tanto, apresenta, ao final, seus quesitos, dispensando indicação de assistente técnico.

d. Contestação apresentada pela Demandada. Manifestação antecipada sobre preliminares (retro item "2") e juntado o Laudo de Exame Médico advindo do deferimento do requerido na retro alínea "c" e, ainda, considerando que toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 está sendo anexada à Exordial, o processo há de ser considerado devidamente saneado (sem nenhuma outra prova a produzir) com a prolação de **Sentença com base no Exame Pericial**, razão por que a Parte Autora, na forma do Art. 319, VII do NCPC de 2015, **opta pela não realização de audiência de conciliação ou mediação**, visando maior fluidez e celeridade aos autos, o que não produzirá prejuízo à Demandada.

- e. Com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativos à data do sinistro;
- f. Seja, a demandada, condenada no pagamento de honorários advocatícios em 20% sobre o valor sentenciado, mais custas processuais e demais emolumentos.

Dá, à presente, o valor de R\$ **13.500,00**.

Nestes Termos,  
Pede e Espera deferimento.

CAMPINA GRANDE PB, 28 de março de 2017.

**Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega**  
Advogado OAB/PB 16.753 – RN 972-A – PE 1563-A – BA 39042

**Máio Vieira da Silva Filho**  
Advogado OAB/PB 19.647

#### QUESITOS

Seqüela de/no(a): **face + TCE \_ abdomen**


1. Das lesões sofridas houve seqüelas permanentes? (      )
2. Qual o grau de debilidade? \_\_\_\_\_ %

Ex. - 01/n

«Cad» («DL\_Cad») - «Cliente» - Ex

3/3



 Nóbrega Advogados Associados	PB JOÃO PESSOA: Av. Cap. José Pessoa, 320 - Jaguaribe	CEP 58015-170 Tel/Fax: (81) 3222-6610
	RN PARNAMIRIM: Av. Maria Lacerda Montenegro, 2.835 sl 11 - Nova Parnamirim	CEP 59151-600 - Tel.: (84) 3208-8861
	PE OLINDA: Av. José Carlos Lima Cavalcanti, 3995 - sl 25 - Casa Cadea	CEP 53030-260 - Tel.: (81) 3431-9643
	E-mail: <a href="mailto:hallisonjc@hotmail.com">hallisonjc@hotmail.com</a>	

## Procuração

Parte Outorgante	<p><b>SONALLY ALVES DOS SANTOS</b> 21 anos, brasileira, solteira, estudante, RG 3877454, CPF 017.929.764-39, com endereço na(ó) Rua Severino Joaquim, sn - Centro - OLIVEDOS PB - CEP 58160-000</p>
------------------	---

Parte Outorgada	<p>➤ <b>HALLISON GONDIM DE OLIVEIRA NÓBREGA</b>, solteiro, inscrito na OAB/PB 16.753; RN 972-A; PE 1563-A; BA 39042;</p> <p>➤ <b>MÁRIO VICENTE DA SILVA FILHO</b>, solteiro, inscrito na - OAB/PB 19.647 e</p> <p>➤ <b>EDSON MORETE DOS SANTOS</b> - OAB/PB 12.619 e RN 701-A;</p> <p>todos brasileiros e Advogados com Escritório Principal na Cidade de JOÃO PESSOA PB, na Av. Capitão José Pessoa, 320 - Jaguaribe - CEP 58015-170.</p>
-----------------	--

Pelo presente instrumento de **PROCURAÇÃO**, a retro **Parte Outorgante** nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados (**PARTE OUTORGADA** acima), **conferindo-lhes** os poderes da cláusula "ad judicia et extra", em qualquer instância ou Tribunal, para, em conjunto ou separadamente, defender interesses nas ações que propuser ou contra si forem propostas ou já em andamento, além de transigir, acordar, receber e dar quitação, celebrar acordos (inclusive extras judiciais), firmar e ratificar termos e compromissos, e praticar todos os demais atos em direito permitidos, por mais especiais que sejam, até substabelecer, com ou sem reservas de poderes, no todo ou em parte, podendo, ainda, receber Alvará Judicial de Pagamentos junto a quaisquer instituições públicas e/ou privadas (inclusive Estabelecimentos Bancários e/ou Financeiros e Seguradoras), passando recibo e dando quitação.

Contrato	<p>Fica <b>CONTRATADO</b>, desde já, que os devidos honorários advocatícios serão na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor bruto a receber (no caso de indenização e outros recebimentos congêneres), os quais, quando for o caso, serão descontados em favor do constituído (art. 22 § 4º da Lei 8.906/94), com expedição do respectivo Alvará pelo juízo da ação, constando a soma dos honorários sucumbenciais e os contratuais, tudo em favor do outorgado que o requerer e conforme pacto através do presente instrumento, sendo que, quando houver prestações continuadas (benefícios mensais previdenciários, pensão alimentícia e congêneres), serão pagos, além dos honorários sobre atrasados, também sobre os valores recebidos durante os 12 (doze) meses seguintes. Nas ações que não visem qualquer recebimento em espécie, os honorários serão os constantes da tabela da OAB do Estado onde for ajuizada a Ação. Assim, fica configurado <b>CONTRATO DE ADESAO</b>, formalizado, para qualquer eventualidade futura.</p>
----------	--

*Sonally Alves dos Santos*

CAMPINA GRANDE PB, 27 de março de 2017.

01A) KIT Proc E Ded - Atual - 25mar14 - P-ASSINAR (S-Crd. 1)

173

Ced. 4946

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17033116201033700000007087544>  
 Número do documento: 17033116201033700000007087544

Num. 7227892 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: YETI JERONIMO RODRIGUES DA COSTA - 26/04/2019 10:42:53  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042610404865100000020256182>  
 Número do documento: 19042610404865100000020256182

Num. 20825487 - Pág. 7

# DECLARAÇÃO

(não ajuizamento de ação DPVAT)

Rosa / 4946

Parte Declarante	<b>SONALLY ALVES DOS SANTOS</b> , 21 anos, brasileira, solteira, estudante, RG 3877454, CPF 017.929.764-39, com endereço na(ó) Rua Severino Joaquim, sn - Centro - OLVEDOS PB - CEP 58160-000
------------------	---

Para que surta seus jurídicos e legais efeitos, a parte acima qualificada e abaixo assinado declara, para os devidos fins de Direito que se fizerem necessários, que não recebeu verbas referentes ao Seguro DPVAT que está sendo objeto do pedido da exordial, bem como não ajuizou ação em outra comarca visando recebimento do referido seguro contra outra seguradora ou em qualquer outro Estado da Federação. Declara, ainda, estar ciente das sanções administrativas, cíveis e criminais em caso falsa declaração.

Sonally Alves dos Santos

x

CAMPINA GRANDE PB, 27 de março de 2017.

Cad. 4946

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17033116201033700000007087544>  
Número do documento: 17033116201033700000007087544

Num. 7227892 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: YETI JERONIMO RODRIGUES DA COSTA - 26/04/2019 10:42:53  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042610404865100000020256182>  
Número do documento: 19042610404865100000020256182

Num. 20825487 - Pág. 8

## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

O abaixo qualificado e assinado declara, nos termos da Lei 1.060/50, que é pobre na forma da lei, não dispondo de meios que possibilitem custear as despesas processuais e honorárias da ação a ser proposta.

Afirma, ainda, ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a verdade.

Assina esta declaração para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Sonally Alves dos Santos

CAMPINA GRANDE PB, 27 de março de 2017.

**SONALLY ALVES DOS SANTOS, 21 anos, brasileira, solteira, estudante, RG 3877454, CPF 017.929.764-39, com endereço na(ó) Rua Severino Joaquim, sn - Centro, OLIVEDOS PB, 58160-000**

Assinado eletronicamente por: ANTIGA Preenc.

Rosa - 4946

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17033116201033700000007087544>  
Número do documento: 17033116201033700000007087544

Num. 7227892 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: YETI JERONIMO RODRIGUES DA COSTA - 26/04/2019 10:42:53  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042610404865100000020256182>  
Número do documento: 19042610404865100000020256182

Num. 20825487 - Pág. 9



GOVERNO DO ESTADO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA  
DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO

R. Raimundo Nonato de Araujo, SN - Catolé - Campina Grande - 58100-000 - 83-310-9300

OCORRÊNCIA Nº 005174/15

### CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 005174/15 registrada em 13/08/2015, que passo a transcrever na íntegra: Aos treze dias do mês de agosto do ano de 2015, nesta cidade de Campina Grande, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO, quando encontrava-se presente a Bela. JOSEFA ALVES DE ASSIS, Delegada de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 10:58 horas, compareceu o Sr. SONALY ALVES DOS SANTOS, com 20 anos de idade, filho de RIVALDO SEBASTIÃO DOS SANTOS e MARIA LUCIA ALVES DOS SANTOS, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de CAMPINA GRANDE - PB, Solteira, escolaridade Medio Completo, profissão ESTUDANTE, portador da Cédula de Identidade Nº 3877454, expedido pela SSP-PB, com C.P.F. de Nº 01792976437, residindo à rua SEVERINO JOAQUIM DE OLIVEIRA, S/N, bairro CENTRO, na cidade de OLIVEDOS - PB.

#### Declarou que:

Informa a declarante, que por volta de 17h00min do dia 06.03.2015, estava trafegando na área central de Olivedos/PB, conduzindo a motocicleta HONDA/CG 125 TITAN KS, ano/modelo 20112/2012, cor azul, chassi 9C2JC30102R209598, de placa MOF-6035/PB, licenciada em nome de Maria Lucimar Imperiano Rocha, quando perdeu o controle de direção e caiu ao solo, após passar por um quebra molas, sofrendo ferimentos graves, sendo socorrida pelo SAMU e encaminhada para o hospital Regional de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes de Campina Grande/PB, onde foi submetida a tratamentos médicos, conforme documentos apresentados nesta Delegacia. Informa ainda que os Policiais Militares do BPTran não estiveram no local e portanto não foi confeccionado o Boletim de Acidente de Trânsito; Que, no momento do acidente o tempo encontrava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não encontrando-se a declarante sob a influência de bebida alcoólica. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou fé.

Campina Grande, Quinta-feira, 13 de Agosto de 2015

*Sonalý Alves dos Santos*

SONALY ALVES DOS SANTOS

Declarante

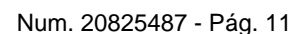
*José Alberto do Nascimento*

JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO

Escrivão



100





	SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
	HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CAMPINA GRANDE - PARAIBA

PACIENTE:	SONALLY ALVES DOS SANTOS
DATA DO EXAME:	06/03/15

### ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME TOTAL - "FAST"

#### METODOLOGIA:

Exame realizado em modo bidimensional com equipamento dinâmico multifrequencial.

#### ANÁLISE:

Não identificamos sinais de líquido livre intra-abdominal, derrame pleural ou pericárdico no presente estudo.

Ausência de lesões ecográficas relacionadas ao trauma no fígado, baço, rins ou bexiga identificáveis ao método.



Dr. Phydias L.F. de Carvalho  
 Radiologia e Diag. por Imagem  
 CRM 6933





SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

### Ficha de Acolhimento

Nome:	Jeronally Alves dos Santos		
End:	R. Severino Paiva de Almeida, Bairro: Olinda		
Data de Nascimento:	05.08.1995	Documento de Identificação:	
Queixa:	Crise de ansiedade	Data do Atend:	06.03.15
		Hora:	18:55
		Documento:	

### Classificação de Risco

Nível de consciência: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Baixo	Aspecto: ( ) Calmo ( ) Fúria de dor ( ) Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: ( ) Normocorada ( ) Pálida
Deambulação: ( ) Livre ( ) Cadeira de rodas ( ) Maca	

MOD. 110

### Estratificação

*crise*  
☒ Vermelho - atendimento imediato  
☐ Verde - atendimento até 4 horas

☐ Amarelo - atendimento até 1 hora  
☐ Azul - atendimento ambulatorial

Dra. Soraia Marinho de A. Rocha  
ENFERMEIRA  
COBEN 08  
Assinatura e carimbo do profissional



#BUE: 20.14.2014/04/2015#

Paciente relata acidente de moto  
há 5 horas, após colisão com elefante.  
Apresenta lesões de caráter traumático  
na região cervical, dor e edema.

11/11

20L

Paciente acordado, G15

8/10

1/2 do a parafuso da coluna

Rx de col cervical = OK

Atta NOL

Platyl 40mg 10/10/2015

BUE

Exames radiológicos em imagens de  
gestores de patentes de paci.

CP: 10.10.2015

NOL BUE

BUE

Paciente vítima de ac-  
cidente de trânsito no momento  
consciente, orientada ao eu.  
permanece retido em região  
cervical + membros superiores +  
inferiores. Não há lesões de membro  
inferior em região + estrutura  
+ condições físicas + estrutura  
cervical + amputação

CP: 10.10.2015

de paci

20.03.15  
(01:20)

Cirurgia Cervical

Paciente apresenta lesão no nível superior da  
coluna cervical. Há lesão da medula espinhal  
na região C5-C6.

Exames: tomografia

Col: lesão completa em nível superior da  
coluna cervical (C5-C6) com lesão da  
medula espinhal.

Apresenta lesão da medula espinhal

CP: 10.10.2015





SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES  
CAMPINA GRANDE - PARAIBA

PACIENTE: SONALLY ALVES DOS SANTOS

DATA DO EXAME: 06.03.2015

**RADIOGRAFIA DE TÓRAX**

- Transparência pulmonar normal.
- Mediastino e seios costofrênicos sem alterações.
- Coração de dimensões normais.

**RADIOGRAFIA DE BACIA**

- Ossos de morfologia e textura normais.
- Partes moles sem alterações.
- Relações articulares conservadas.

**RADIOGRAFIA DE COL. CERVICAL**

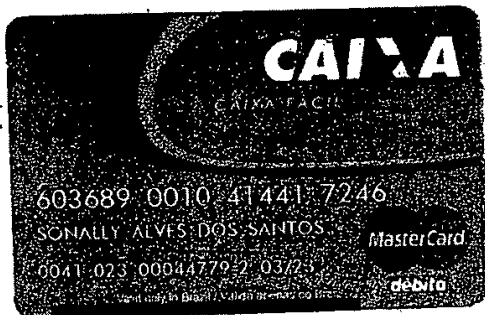
- Eixo Vertebral normal.
- Ausência de alterações morfológicas e texturais.
- Espaços intervertebrais preservados.

**RADIOGRAFIA DO OPN**

- Paredes ósseas integras.

Dr Phydias L. F. de Carvalho  
CRM 6933





**CAGEPA**  
Rua Feliciano Cirne, s/n - Juguarte João Pessoa - PB. CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.454/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA, INFORME ESTE NÚMERO: **06808880-9**

**CLIENTE**  
NOME: **MARIA LUCIA A. SANTOS**  
ENDEREÇO: **157, 01, 191, 1341**

**RESPONSÁVEL**  
NOME: **OLIVIEDOR**  
CPF: **59160-000**

**SITUAÇÃO**  
RESIDENCIAL

**TIPO DE PAGAMENTO**  
LITADO POTENCIAL

**DADOS DO PAGAMENTO**

DATA DA LETURA	VALOR
14/01	1405
13	13
26/01	31
31	31
01/02	01
02/02	02
03/02	03
04/02	04
05/02	05
06/02	06
07/02	07
08/02	08
09/02	09
10/02	10
11/02	11
12/02	12
13/02	13
14/02	14
15/02	15
16/02	16
17/02	17
18/02	18
19/02	19
20/02	20
21/02	21
22/02	22
23/02	23
24/02	24
25/02	25
26/02	26
27/02	27
28/02	28
29/02	29
30/02	30
31/02	31

**DADOS DE CONTABILIDADE**

DATA	VALOR
11/2014	5,41
12/2014	1,44
01/2015	7,75
02/2015	3
03/2015	0,4

**Dados Referentes à 12/2014**

**CONSUMO D'ÁGUA** 37,34

**TOTAL A PAGAR** \*\*\*\*\* 37,34

**REFERÊNCIA** 28/02/2015

PARA SUA CONVENIÊNCIA, PAGUE SUA CONTA PELA INTERNET OU DÉBITO AUTOMÁTICO.



<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b>		<b>DETRAN - PB</b> <b>CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO</b> <b>NO 011575839410</b> <b>EXERCÍCIO 2014</b>	
<b>DETALHES DO VEÍCULO</b> <b>PLACA</b> 0078313292-2 <b>DATA DE REGISTRO</b> 08/09/2014		<b>DETALHES DO PROPRIETÁRIO</b> <b>NOME</b> MARIA LUCIMAR IMPERIANO ROCHA <b>CPF</b> 47743298434 <b>RG</b> 9023030102809598 <b>DATA DE NASCIMENTO</b> 08/09/1960	
<b>DETALHES DO VEÍCULO</b> <b>MODELO</b> HONDA/CG 125 TITAN <b>ANEXO</b> 08/09/2014 <b>DATA DE REGISTRO</b> 08/09/2014		<b>DETALHES DO PROPRIETÁRIO</b> <b>NOME</b> MARIA LUCIMAR IMPERIANO ROCHA <b>CPF</b> 47743298434 <b>RG</b> 9023030102809598 <b>DATA DE NASCIMENTO</b> 08/09/1960	
<b>DETALHES DO VEÍCULO</b> <b>MODELO</b> HONDA/CG 125 TITAN <b>ANEXO</b> 08/09/2014 <b>DATA DE REGISTRO</b> 08/09/2014		<b>DETALHES DO PROPRIETÁRIO</b> <b>NOME</b> MARIA LUCIMAR IMPERIANO ROCHA <b>CPF</b> 47743298434 <b>RG</b> 9023030102809598 <b>DATA DE NASCIMENTO</b> 08/09/1960	

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17033116201033700000007087544>  
 Número do documento: 17033116201033700000007087544

Num. 7227892 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: YETI JERONIMO RODRIGUES DA COSTA - 26/04/2019 10:42:54  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042610423164500000020256293>  
 Número do documento: 19042610423164500000020256293

Num. 20825602 - Pág. 1



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
**CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**




Número 56.262 Série CCC 34-26



Somally Wilson dos Santos  
ASSINATURA DO PORTADOR

**QUALIFICAÇÃO CIVIL**

Nome Somally Wilson dos Santos

Loc. Nasc. Campana grande Est. 26 Data 03/10/23

Filiação Sebastião dos Santos e Maria

Lucia dos Santos

Doc. Nº Cert. neg. 15.348.7545-1-4-Cont. de  
Elviedes-26


**ESTRANGÉIROS**

Chegada ao Brasil em ...../...../..... Doc. Ident. Nº .....

Exp. em ...../...../..... Estado .....

Obs. ....

Data Emissão 20/11/16 SRTE Elviedes-26









REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Cartório do Registro Civil da Cidade de Olivedos  
Estado da Paraíba  
Comarca de Soledade  
Claudiana Costa de Albuquerque – Oficiala do Registro

**CERTIDÃO DE NASCIMENTO**

Certifico que a fls.43, do livro nº A-4, sob o Nº 3649 de Registros de Nascimento deste Cartório, foi lavrado no dia 11 de setembro de 1996, o registro de **SONALLY ALVES DOS SANTOS**.

Nascida no dia 05 de agosto de 1995, (05 08 1995), em Campina Grande-PB, do sexo feminino.

Filha de Rivaldo Sebastião dos Santos e Maria Lúcia Alves dos Santos.

Sendo avós paternos: Sebastião Manoel dos Santos e Cícera Minervina da Conceição.

E maternos: Antonio José dos Santos e Ambrosina Alves dos Santos.

Foi declarante: o genitor.

E serviram de testemunhas: as constantes no termo

O referido é verdade. Dou fé.

Olivedos-PB, 03 de maio de 2006.

*Claudiana Costa de Albuquerque*  
Claudiana Costa de Albuquerque  
Oficiala do Registro

Oficial do Registro





ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE SOLEDADE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA-SAMU

## DECLARAÇÃO

Declaro para todos os fins que se fizerem necessários, que o Sr.(a) Samelly (Alves dos Santos), portador do CPF: 017.929.764-39 e RG: 7.877.454; foi atendido pelo SAMU 192 de Soledade- PB no dia 06/03/15, vítima de acidente de motocicleta. A equipe plantonista que prestou atendimento: Edmar (Enfermeiro), Maria do Carmo (Téc. enfermagem) e Décio (Condutor).

  
Georgina Karoline N. Gomes  
Coordenadora - SAMU

GEORGIA KAROLINE NEVES GOMES  
COORDENADORA  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA-SAMU  
RUA HORÁCIO DA COSTA LIMA, S/N.CENTRO.  
SOLEDADE-PB



# QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Somally Alves dos Santos  
 Loc. Nas. Gandina Brasil 27 Data 05/09/93  
 Filiação Alcides dos Santos e Maria  
 Doc. Carteira de Identidade 36454545-4 Cartão de  
Oliveira 27

## ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em 20/04/10 Doc. Ident. Nº SRTE  
 Exp. em 20/04/10 Estado Oliveira  
 Obs. 27  
 Data Emissão 20/04/10 SRTE Oliveira 27  
 Assinatura Somally Alves dos Santos

## ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE (Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome .....  
 Doc. ....  
 Nome .....  
 Doc. ....  
 Nome .....  
 Doc. ....  
 Est. Civil .....  
 Doc. ....  
 Est. Civil .....  
 Doc. ....  
 Nascimento .....  
 Doc. ....

Obrigado a usá-los, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Tudo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é electricista, não se meta a fazer serviços de electricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém, mas você deve respeitá-las. Atenda às recomendações dos membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha. Converse e discuta no trabalho predispondo a acidentes pela desatenção.

Leia e refleta sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

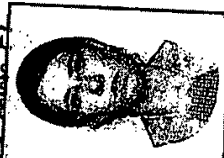
Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Para a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Número 56.262 Série 00054-835

Somally Alves dos Santos  
 ASSINATURA DO PORTADOR

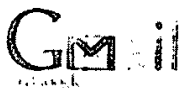


100

[illegible]

TCE





REGULA BRASIL <regulabrazilcg@gmail.com>

## BOLETO VIA E-MAIL

1 mensagem

Suporte / GARANTIA SERVIÇOS <suporte.111@garantiaservicos.com.br>

25 de agosto de 2015

Para: regulabrazilcg@gmail.com

14:18

Caro(a) cliente ERNILDO PEREIRA DA SILVA, Segue em anexo Boleto para pagamento de acordo com as condições negociadas conosco. Efetue o pagamento até a data do vencimento em quaisquer Bancos ou Agentes Bancários. Colocamo-nos à disposição para quaisquer dúvidas. Cordialmente, GARANTIA SERVICOS OBS: POR SEGURANÇA, A GARANTIA SERVICOS NÃO ATENDE A EMAILS ENCAMINHADOS COMO RESPOSTAS A ESTA MENSAGEM. PARA CONTATOS VIA E-MAIL ACESSE "CONTATO" NO SITE [www.garantiaservicos.com.br](http://www.garantiaservicos.com.br).

### 2 anexos

20150825140651\_CARTA\_01616644400.PDF  
13K

20150825140651\_BOLETO\_01616644400.PDF  
49K



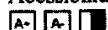
Acompanhe o processo de indenização - Seguro DPVAT - O seguro do... <http://www.dpvatsegurodotransito.com.br/consultasinistro/default.aspx>

**SINISTRO: 3150813943**  
**VÍTIMA SONALLY ALVES DOS SANTOS**  
**COBERTURA Invalidez**  
**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO GENTE SEGURADORA S/A**  
**BENEFICIÁRIO SONALLY ALVES DOS SANTOS**  
**CPF/CNPJ: 01792976437**

**Posição em 19-10-2015 09:59:01**

Em análise. Aguarde e continue acompanhando seu processo neste site.

#### Acessibilidade



[Tradução em Libras](#)

[Leitura de Páginas](#)

[Atalhos de teclado](#)

[Acessibilidade](#)

[Como dar entrada](#)

- [Como dar entrada - Dicas importantes](#)
- [Documentos despesas médicas](#)
- [Documentos invalidez permanente](#)
- [Documentos morte](#)
- [Onde dar entrada](#)
- [Dicas indispensáveis](#)

#### Pague seguro

- [Como pagar](#)
- [Consulta a pagamentos efetuados](#)
- [Informações gerais](#)

#### Acompanhe o Processo

- [Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.](#)
- [Mapa do Site](#)
- [Dicionário do DPVAT](#)
- [Imprensa](#)
- [Outros serviços](#)
- [Blog Viver Seguro no Trânsito](#)



Vistos, etc.

A Súmula 540 do STJ assenta que *"na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu"*.

Nos autos, observo que o domicílio do autor ou o local do acidente é a cidade de Olivedos, termo da Comarca de Soledade.

Restaria, então, o domicílio do autor, indicado na inicial como sendo em Campina Grande.

A parte demandada é a Mapfre. Por uma rápida consulta no google, vejo que tem matriz na cidade de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 11.71, bairro do Brooklin. ([9https://www.comparemcasa.com.br/seguero-auto/mapfre/endereco-matriz-mapfre-segueros/](https://www.comparemcasa.com.br/seguero-auto/mapfre/endereco-matriz-mapfre-segueros/)).

É a matriz que deve ser considerada domicílio do autor e não simples filial, a exemplo da existente em Campina Grande (AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - FORO DO DOMÍLIO DO RÉU - FILIAL - IMPOSSIBILIDADE - A ação de cobrança de seguro DPVAT pode ser proposta no foro de domicílio do autor ou o do local do fato, a teor do disposto no parágrafo único do artigo 100 do CPC, sendo admissível também a opção pelo foro geral - domicílio do réu -, inteligência do artigo 94 do CPC. - Não é admissível, entretanto, a propositura da ação no foro em que a empresa possui mera filial. V.V. (Des. Alvimar de Ávila AGRAVO DE INSTRUMENTO CV Nº 1.0701.12.013481-5/001 - COMARCA DE UBERABA - AGRAVANTE (S): ÁQUILA GABRIELI BORGES - AGRAVADO (A)(S): MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A))

Então, o autor só poderia ter optado pelas Comarcas de Soledade ou São Paulo e nenhuma outra para ajuizar a presente demanda.

Muito embora cuide-se de competência relativa, admissível a declaração de incompetência de ofício pelo Juiz, pois é dever do Poder Judiciário agir sempre em consonância com as normas e com a finalidade a que elas se propõem.

Destarte, a propositura do feito em Comarca distinta do domicílio do autor, local do acidente, ou local onde a ré possui sede, considerando-se esta o local da matriz, sem referência alguma de justificativa que indique motivo juridicamente admissível capaz de beneficiar o autor, viola o princípio do juiz natural, até porque, não é dado às partes escolher, de forma aleatória, em qual foro terá julgamento o litígio, devendo ser atendidos os critérios definidos previamente em lei.

Diante da ausência de justificativa e dos indícios presentes nos autos, pode-se concluir que o ajuizamento da demanda em Campina Grande trata-se de mera opção por jurisdição que melhor atenda ao interesse do autor e/ou de seu patrono, o que é vedado por lei, com base no art. 5º, XXXVII e LIII, da CF/88.

Portanto, apesar do contido na Súmula 33 do STJ, no caso dos autos, a escolha do juízo deu-se de forma estranha ao ordenamento jurídico, não recaindo sobre nenhum dos foros possíveis e passíveis de escolha, restando possível ao Juiz singular o declínio de ofício da competência.

Isto posto, declino da competência e determino a remessa dos autos para a Comarca de Soledade, onde o autor possui domicílio, o que facilita, inclusive, seu comparecimento aos atos judiciais, quando necessário.

Intime-se.



Passado prazo para recurso voluntário sem que se tenha qualquer notícia de irresignação, remetam-se os autos para a Comarca de Soledade, via PJ-e, caso já funcione nesse sistema aquele Juízo. Do contrário, converta-se em físico e encaminhe-se por malote digital, dando-se baixa neste, em seguida.

Campina Grande (PB), 31 de maio de 2017.

Andréa Dantas Ximenes

Juíza Titular

9





Vistos, etc.

A Súmula 540 do STJ assenta que *"na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu"*.

Nos autos, observo que o domicílio do autor ou o local do acidente é a cidade de Olivedos, termo da Comarca de Soledade.

Restaria, então, o domicílio do autor, indicado na inicial como sendo em Campina Grande.

A parte demandada é a Mapfre. Por uma rápida consulta no google, vejo que tem matriz na cidade de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 11.71, bairro do Brooklin.  
(9<https://www.comparemcasa.com.br/seguro-auto/mapfre/endereco-matriz-mapfre-seguros/>).

É a matriz que deve ser considerada domicílio do autor e não simples filial, a exemplo da existente em Campina Grande (AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - FORO DO DOMICILIO DO RÉU - FILIAL – IMPOSSIBILIDADE - A ação de cobrança de seguro DPVAT pode ser proposta no foro de domicílio do autor ou o do local do fato, a teor do disposto no parágrafo único do artigo 100 do CPC, sendo admissível também a opção pelo foro geral - domicílio do réu -, inteligência do artigo 94 do CPC. - Não é admissível, entretanto, a propositura da ação no foro em que a empresa possui mera filial. V.V. (Des. Alvimar de Ávila AGRAVO DE INSTRUMENTO CV Nº 1.0701.12.013481-5/001 - COMARCA DE UBERABA - AGRAVANTE (S): ÁQUILA GABRIELI BORGES - AGRAVADO (A)(S): MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A))

Então, o autor só poderia ter optado pelas Comarcas de Soledade ou São Paulo e nenhuma outra para ajuizar a presente demanda.

Muito embora cuide-se de competência relativa, admissível a declaração de incompetência de ofício pelo Juiz, pois é dever do Poder Judiciário agir sempre em consonância com as normas e com a finalidade a que elas se propõem.

Destarte, a propositura do feito em Comarca distinta do domicílio do autor, local do acidente, ou local onde a ré possui sede, considerando-se esta o local da matriz, sem referência alguma de justificativa que indique motivo juridicamente admissível capaz de beneficiar o autor, viola o princípio do juiz natural, até porque, não é dado às partes escolher, de forma aleatória, em qual foro terá julgamento o litígio, devendo ser atendidos os critérios definidos previamente em lei.

Diante da ausência de justificativa e dos indícios presentes nos autos, pode-se concluir que o ajuizamento da demanda em Campina Grande trata-se de mera opção por jurisdição que melhor atenda ao interesse do autor e/ou de seu patrono, o que é vedado por lei, com base no art. 5º, XXXVII e LIII, da CF/88.

Portanto, apesar do contido na Súmula 33 do STJ, no caso dos autos, a escolha do juízo deu-se de forma estranha ao ordenamento jurídico, não recaindo sobre nenhum dos foros possíveis e passíveis de escolha, restando possível ao Juiz singular o declínio de ofício da competência.

Isto posto, declino da competência e determino a remessa dos autos para a Comarca de Soledade, onde o autor possui domicílio, o que facilita, inclusive, seu comparecimento aos atos judiciais, quando necessário.

Intime-se.



Passado prazo para recurso voluntário sem que se tenha qualquer notícia de irresignação, remetam-se os autos para a Comarca de Soledade, via PJ-e, caso já funcione nesse sistema aquele Juízo. Do contrário, converta-se em físico e encaminhe-se por malote digital, dando-se baixa neste, em seguida.

Campina Grande (PB), 31 de maio de 2017.

Andréa Dantas Ximenes

Juíza Titular





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível de Campina Grande**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0805237-92.2017.8.15.0001**

**DESPACHO**

Remetam-se os autos para a Comarca de Soledade, via PJ-e.

Campina Grande, 04 de junho de 2019.

**Andréa Dantas Ximenes – Juíza de Direito.**





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Soledade**

Vistos etc.

Defiro a gratuidade judiciária, nos termos do art. 98, do CPC.

Verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, não sendo o caso de improcedência liminar do pedido, designe-se AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (art. 334, CPC).

Cite-se o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

A parte autora será intimada na pessoa do advogado (art. 334, §3º, CPC).

Cientes as partes quanto à possibilidade de constituírem representantes com poderes para negociar e transigir, bem como, que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, CPC).

Cientifique-se a parte promovida de que lhe é facultado oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da audiência de conciliação quando não houver comparecimento de alguma das partes ou, comparecendo, não houver autocomposição, ou ainda do seu eventual protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, ocasião em que poderá apresentar tudo o que interesse a sua defesa, além de preliminares, incompetência relativa, incorreção do valor da causa e indevida concessão de justiça gratuita.

Cumpra-se.

Soledade, data do protocolo eletrônico.

Juiz(a) de Direito



TOMAR CIÊNCIA DA DATA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA  
19/09/2019, ÀS 09:30 HORAS (ART. 334, CPC)

SOLEDADE, 07/08/2019



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Soledade**  
**R DOUTOR GOUVEIA NÓBREGA, S/N, CENTRO, SOLEDADE - PB - CEP: 58155-000**  
**SOLEDADE**  
**( )**

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Nº DO PROCESSO:** 0805237-92.2017.8.15.0001

**CLASSE DO PROCESSO:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S) DO PROCESSO:** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

Nome: SONALLY ALVES DOS SANTOS

Endereço: R OSCAR COSTA, sn, CENTRO, OLIVEDOS - PB - CEP: 58160-000

Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000

Pela presente, fica Vossa Senhoria, na qualidade de promovido nos autos supramencionado, **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da inicial, ID 17033116170002400000007087435, e para comparecer na sala de audiências do Fórum local no dia **19/09/2019, às 09:30 horas**, para audiência de Conciliação(art. 334, CPC). Ficando ciente quanto a possibilidade de constituir representante com poder para negociar e transigir, bem como, que o não comparecimento injustificado a audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2%(dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da união ou do Estado (art. 334, § 8º, CPC), ficando ciente de que lhe é facultado oferecer contestação no prazo de 15(quinze) dias, a partir da audiência de conciliação quando não houver comparecimento de alguma das partes ou, comparecendo, não houver autocomposição, ou ainda do seu eventual protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, ocasião em que poderá apresentar tudo o que interesse a sua defesa, além de preliminares, incompetência relativa, incorreção do valor da causa e indevida concessão de justiça gratuita.

Atenciosamente,

SOLEDADE, em 7 de agosto de 2019.

OLGA MARIA DE BRITO RODRIGUES SILVA

Servidor

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:**<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

**NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:**17033116170002400000007087435



segue correspondência devolvida

]soledade, 20/08/2019



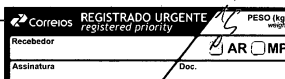


TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA PARAÍBA

AO REMETENTE



O(a) Ilustríssimo(a) Senhor(a)  
Representante legal **MAFPRE SEGUROS GERAIS S/A**,  
Av. Pres. Getúlio Vargas, 307 - Centro  
CAMPINA GRANDE PB  
CEP: 58.400-052



JU 37258659 7 BR

ssoa, s/n • CEP: 58013-902 - João Pessoa - Paraíba  
216-1400 • www.tjpb.jus.br

RECEBIMENTO JUS CN07 08 AGO 2019 PAU DE DEBÔT PB	AR	JU 37258659 7 BR
TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		
: h : h : h		
R COM LETRA DE FORMA		
RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR		
PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE		
OLGA MARIA DE BRITO RODRIGUES SILVA - Ju. Cr. 2ª		
19082013495344400000022935056 - Ju. Cr. 2ª		
UF BRASIL		





PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

0(a) Ilustríssimo(a) Senhor(a)  
Representante legal **MAFFRE SEGUROS GERAIS S/A**,  
Av. Pres. Getúlio Vargas, 307 - Centro  
CAMPINA GRANDE PB  
CEP: 58.400-052

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

0805232-97.2019.815.0001 PSC

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATON

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

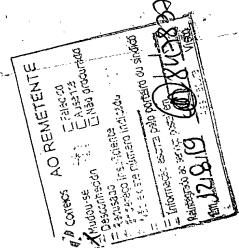
RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

**VOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS**

FC0463 / 16 114 x 166 mm



ANDRUSSE  
24/08/2019



SEGUE TERMO DE AUDIÊNCIA

SOLEDADE, 20/09/2019





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**  
**COMARCA DE SOLEDADE**  
**CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA**

**TERMO DE SESSÃO DE CONCILIAÇÃO**

Aos 19 dias de setembro do ano de 2019, nesta cidade de Soledade, Estado da Paraíba, na sala de audiências do Fórum Dr. João Batista Loureiro, pelas **09:30hs**, perante os conciliadores, **MARIANA SANTOS DE OLIVEIRA, THIAGO CABRAL DA NÓBREGA E LINDOMAX ARTHUR SANTOS CORREIA**, sob a supervisão da MM. Juíza, Dr<sup>a</sup> ROSIMEIRE VENTURA LEITE, verificou-se o seguinte:

**PRESENTES A SESSÃO**

**Processo nº: 0805237-92.2017.8.15.0001**  
**Promovente: SONALLY ALVES DOS SANTOS**  
**Advogado: HALLISON GONDIM DE OLIVEIRA NÓBREGA**  
**Promovido: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**  
**Advogado:**  
**Preposto:**

**AUSENTES A SESSÃO :**

**RESUMO DOS ACONTECIMENTOS**

1. Feitos os pregões de estilo, e aberta a sessão, verificou-se a ausência de ambas as partes.

Nada mais havendo a tratar, a ata vai assinada pelos presentes.

Soledade, 19 de Setembro de 2019

Conciliador

**PROMOVENTE**

**PROMOVIDO**

**ADVOGADO**

**ADVOGADO**

**\* O presente termo comprova a presença das partes que o subscrevem, tendo o mesmo, eficácia de certidão**

Fórum Dr. João Batista Loureiro | Rua Venâncio Martins Sampaio, s/n - Bela Vista - Soledade/PB - CEP 58155-000  
Telefone: (83) 3383-1249





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Soledade**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0805237-92.2017.8.15.0001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Intime-se a parte autora para dizer o endereço correto do promovido, no prazo de 15 dias.

Com a informação, cite-se.

SOLEDADE, data e assinaturas digitais.

Juiz(a) de Direito



Intime-se a parte autora para dizer o endereço correto do promovido, no prazo de 15 dias.

Soledade, 21/10/2019



Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da(o) **ª Vara Cível** da Comarca de

**SOLEDADE** PB:

**SONALLY ALVES DOS SANTOS**, nos autos em epígrafe vem, mui respeitosamente, por seu advogado, apresentar

**EMENDA À INICIAL**

conforme os seguintes termos:

Nas citações à Demandada **MAPFRA Seguro** tem apresentado problemas quanto ao endereço constante de nossos arquivos.

Assim, requer

**mudança de pólo passivo**

para

<b><u>R</u></b> <b><u>d</u></b> <b><u>a</u></b>	<b>SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A</b> , pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 09.248.608/0001-04, <b>Rua Senador Dantas, 74 - 5º andar - Centro - RIO DE JANEIRO RJ - CEP 20031-205</b>
---	---

Isto posto, requer a mudança requerida, citação da nova Demanda e encaminhamento da Parte Autora a exame pericial, tudo em conformidade com o já pedido em sua Exordial.

P. Deferimento.

CAMPINA GRANDE , 13 de novembro de 2019.

**Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega**

Advogado OAB/PB 16.753 – RN 972-A – PE 1563-A – BA 39042





**Poder Judiciário da Paraíba  
Vara Única de Soledade**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7).

PROCESSO N. 0805237-92.2017.8.15.0001 [Acidente de Trânsito].

AUTOR: SONALLY ALVES DOS SANTOS.

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Em petição de id. 26206158 - Pág. 1, a autora requer a emenda à inicial, a fim de que a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A passe a figurar no polo passivo da demanda.

Assim sendo, proceda a alteração na forma requerida.

Após, cite-se.

Deixo de designar audiência de conciliação, em razão de nunca haver auto-composição entre as partes em processos dessa natureza, uma vez que requer a realização de perícia.

SOLEDADE, data e assinatura digitais.

**JUIZ DE DIREITO**

